



José Cruz/Senado Federal

Na sexta-feira, o Plenário começou o segundo turno de discussão da PEC que prorroga a DRU até 2015. Votação definitiva deve ocorrer amanhã

Plenário pode votar prorrogação da DRU amanhã

Com as sessões de discussão de hoje e amanhã, a proposta que prorroga a DRU até 2015 estará pronta para a votação final. **3**

Congresso conclui Orçamento quinta-feira

Relator-geral, deputado Arlindo Chinaglia apresenta hoje parecer final, cuja votação deve acontecer quarta na Comissão de Orçamento e quinta no Plenário do Congresso; ainda há pendências sobre reajustes salariais

Com a aprovação dos dez relatórios setoriais na última quinta-feira, o texto consolidado do Orçamento para o

próximo ano deverá ser apresentado hoje à comissão mista, que analisa amanhã o parecer sobre obras irregulares. Também amanhã, o

relatório final do Plano Plurianual será votado pelo Congresso, que aprecia o Orçamento na sessão de quinta-feira. **3**

Comissão faz balanço e aponta aproximação do Senado com o campo **2**

Líder do governo comemora resultado de pesquisa da CNI **4**

Rosa Weber toma posse hoje como nova ministra do Supremo **4**



Assine a newsletter

www.senado.gov.br/jornal



Ueslei Marcelino/Ministério da Pesca

Senador anuncia convênio para ampliar piscicultura **2**

Implantação do Programa Água Produtiva, em Rondônia, prevê aumento da produção de pescado no estado de 15 mil toneladas ao ano para 80 mil toneladas

Presidente da Comissão de Agricultura avalia que colegiado aproximou o Poder Legislativo da realidade do campo brasileiro ao discutir intensamente temas importantes para o setor agrícola

Pedro Franco/Senado Federal

Ao afirmar que o Brasil será o maior exportador agrícola do planeta, Gurgacz enfatiza importância da CRA



Para Gurgacz, Senado ficou mais próximo do campo

A COMISSÃO DE Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aproximou o Senado da realidade do campo. Essa foi a avaliação do presidente da comissão, Acir Gurgacz (PDT-RO), na sexta-feira, durante reunião para balanço dos trabalhos.

Em 2011, a CRA realizou 54 sessões, sem contar o ciclo de debates, que promoveu 22 audiências públicas. Além disso, foram votados 28 projetos de lei e 75 requerimentos. Temas como regularização fundiária, rede de frigoríficos e cooperativismo estiveram na pauta, assim como o novo Código Florestal (PLC 30/11).

Para 2012, Gurgacz disse que a comissão vai buscar o aprimoramento da legislação ambiental, a regularização fundiária da região amazônica e a evolução da logística da produção agrícola. Para o senador, a responsabilidade da CRA aumenta com o crescimento da agricultura. Ele informou que o setor representa um terço do PIB brasileiro e deve contabilizar crescimento de mais de 6% em 2011.

— O Brasil caminha para ser o maior produtor e exportador agrícola do planeta.

Segundo Gurgacz, a CRA deve buscar melhorar a qualidade de vida do pequeno produtor. Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse que o agronegócio tem sustentado a economia brasileira, o que mostra a importância da CRA.

Viana faz balanço dos trabalhos da Comissão Temporária de Defesa Civil

Como presidente da Comissão Temporária de Defesa Civil, Jorge Viana (PT-AC) explicou que o objetivo foi analisar, revisar e apresentar alternativas para superar a precariedade da defesa civil no país. A comissão foi criada em maio deste ano e na semana passada o relator, Casildo Maldaner (PMDB-SC), apresentou o relatório final, sugerindo mudanças no Sistema Nacional de Defesa Civil. As recomendações foram feitas no intuito de o país



José Luiz/Senado Federal

se tornar referência mundial na área. — Devemos operacionalizar simultaneamente as ações em todos os estados, reestruturar o Fundo Especial para Calamidades Públicas (Funcap) para a prevenção dos desastres e impedir o contingenciamento das verbas alocadas para tal finalidade — disse. Outra sugestão é a de criminalizar a conduta de agentes públicos ou privados que permitam ou estimulem a ocupação de áreas de risco.

Senador destaca convênio para triplicar produção de pescado em Rondônia

Acir Gurgacz (PDT-RO) informou que, na semana passada, esteve com o ministro da Pesca e Aquicultura, Luiz Sérgio, e que, um dia depois, participou da entrega da minuta do convênio entre o governo federal e o estado para a implantação do Programa Água Produtiva, cuja meta é aumentar a produção estadual de pescado das atuais 15 mil toneladas para 80 mil toneladas ao ano.

O ministro também fez a entrega de nove retroesca-

vadeiras para construção de tanques de criação de peixes e está apoiando pescadores e aquicultores para que se organizem em cooperativas.

Gurgacz também destacou notícia de que o Incra dispõe de R\$ 14 milhões para investir em assistência técnica nos assentamentos de Rondônia em 2012. “A instituição também está implantando nova metodologia de trabalho para agilizar o processo de regularização dos assentamentos”, comemorou.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Segunda-feira

Plenário Desvinculação de Receitas da União

14h Segunda sessão de discussão, em segundo turno, da proposta (PEC 61/11) que prorroga até 2015 a vigência da Desvinculação de Receitas da União (DRU).

Presidência Nova ministra do STF

10h José Sarney participa da posse da ministra Rosa Maria Weber, no STF.

CMO Relatório final do Orçamento

Apresentação do relatório final do Orçamento de 2012.

Terça-feira

CAE Cade e Alexandre Tombini

8h30 A Comissão de Assuntos Econômicos analisa indicações ao Cade. Às 11h, realiza audiência pública com o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini.

CI Fontes de energia

9h Na pauta da Comissão de Serviços de Infraestrutura, projeto que cria o Programa de Incentivo às Fontes de Energia nos Sistemas Elétricos Isolados.

Congresso Créditos a ministérios e PPA

10h O Congresso vota créditos adicionais para vários ministérios. Também integra a pauta o Plano Plurianual 2012–2015.

CRE Refugiados haitianos

10h A Comissão de Relações Exteriores analisa acordo com a Zâmbia e faz audiência sobre refugiados haitianos com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo.

CDR Cultivo sustentável de cana-de-açúcar

14h Projeto sobre cultivo sustentável da cana-de-açúcar em certos biomas e áreas na Amazônia Legal está na pauta da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

CMO Previsto o início de votação de relatório

14h A Comissão Mista de Orçamento deve votar o relatório final do Orçamento 2012.

Segurança Pública Projetos e programas do PAC 2

14h Apresentação do relatório final da Comissão Temporária da Política Nacional de Segurança Pública, que acompanhou projetos financiados pelo PAC 2.

Quarta-feira

CAS Regulamentação da profissão de comerciante

9h A Comissão de Assuntos Sociais vota em turno suplementar projeto que regulamenta a profissão de comerciante.

CCJ Reforma administrativa, Ato Médico e juventude

10h A reforma administrativa, o Ato Médico e o Estatuto da Juventude estão entre os itens da pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

CMO Relatório final do Orçamento para 2012

Votação do relatório final para 2012 na Comissão Mista de Orçamento.

Quinta-feira

Congresso Sessão conjunta analisa Orçamento

18h30 Sessão conjunta do Congresso para análise e votação do Orçamento 2012.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite às 14h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Waldemir Moka
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin
Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Presidência da Sessão

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida por Acir Gurgacz • Casildo Maldaner

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Sítio: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer
Reportagem: Cíntia Sasse
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Sítio: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações – Seep



José Cruz/Senado Federal

Ana Amélia: "A jornalista experiente se transformou em senadora aprendiz"

Ana Amélia faz balanço do primeiro ano de mandato

Ana Amélia (PP-RS) fez uma retrospectiva de seu primeiro ano de mandato. Ela destacou os trabalhos da Subcomissão sobre Dependentes Químicos, da qual foi relatora.

Também ressaltou a aprovação, pela CAS, de projeto de sua autoria (PLS 76/11) que prevê isenção de Imposto de Renda para aposentados com mais de 60 anos inscritos no Regime Geral da Previdência. E lembrou a aprovação do PLS 352/11, que torna obrigatória a cobertura, pelos planos privados de saúde, de tratamento oral de quimioterapia.



Lin de Paula/Senado Federal

Senador lembra que seu estado é hoje o sexto mais violento do país

Vital do Rêgo propõe intervenção na segurança da Paraíba

Vital do Rêgo (PMDB-PB) lamentou, na sexta-feira, o fato de que seu estado seja hoje o sexto mais violento do país. De acordo com ele, há dez anos, a Paraíba ocupava o 20º lugar.

O senador pretende levar esses números ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo.

— Esta semana, devo me encontrar com o ministro da Justiça, para, usando as minhas responsabilidades, minhas atribuições como senador, cobrar uma intervenção na segurança do meu estado.

Comissão deve votar o Orçamento na quarta, e Congresso, na quinta

Deputado Arlindo Chinaglia apresenta hoje seu parecer à Comissão de Orçamento. Persistem pendências em relação a reajustes salariais

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) já aprovou seus dez relatórios setoriais e agora se prepara para votar o relatório final, cujo texto deve ser apresentado hoje pelo relator-geral do Orçamento 2012, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP). A previsão é de que a votação na CMO seja na quarta-feira e, na quinta, no Congresso.

Amanhã, a comissão examina o relatório do Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Índícios de Irregularidades Graves (COI), coordenado pelo deputado Weliton Prado (PT-MG). O documento recomenda o bloqueio orçamentário, em 2012, de cinco obras com indícios de irregularidades graves. Outras 22 obras foram apontadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) como problemáticas, mas devem receber recursos, uma vez que seus gestores deram ao COI garantias de solução das pendências, com repactuação dos contratos e revisão de projetos.

Amanhã, ainda, haverá sessão do Congresso para votação do Plano Plurianual (PPA) 2012-2015.

O relatório de Chinaglia deve decidir sobre todos os detalhes rejeitados na votação dos setoriais, que totalizam R\$ 63 bilhões e não incluem os reajustes do Judiciário e do Ministério Público da União — mais R\$ 10 bilhões —, nem dos aposentados que ganham acima do salário mínimo, um dos tópicos que Chinaglia pode atender. Além disso, a oposição quer incluir obras da Petrobras no relatório do COI e pressiona Chinaglia por mais recursos para a agricultura, Lei Kandir e reajustes de servidores públicos e de aposentados e pensionistas do INSS. (Com informações da Agência Câmara)



José Cruz/Senado Federal

Romero Jucá (E) defende a prorrogação da DRU. Walter Pinheiro (também de pé) alerta para exigências da crise internacional

Começa segundo turno da PEC da DRU

O Senado realizou na sexta-feira a primeira sessão de discussão, em segundo turno, da proposta de emenda constitucional (PEC 114/11) que prorroga a Desvinculação de Receitas da União (DRU) até 2015. O objetivo da DRU é autorizar o governo a dispor mais livremente de até 20% de receitas que hoje têm destinação específica. Calcula-se que, em 2012, o governo poderia gastar livremente perto de R\$ 62 bilhões.

A proposta foi aprovada em primeiro turno no dia 8, com

59 votos a favor e 12 contra. As duas sessões de discussão que ainda faltam devem ser realizadas e votadas hoje e amanhã.

A aprovação garante calendário para o Congresso deliberar sobre o projeto do Orçamento de 2012 e iniciar o recesso legislativo, no dia 23, sem necessidade de convocação extraordinária.

Walter Pinheiro (PT-BA) e Wellington Dias (PT-PI) argumentaram que o governo precisa ter maior liberdade para definir gastos, diante

das incertezas decorrentes da crise internacional.

Ana Amélia (PR-RS), por sua vez, afirmou que ainda tem dúvidas, mas votará favoravelmente à prorrogação da DRU, em voto de confiança na presidente da República, Dilma Rousseff.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse que renovará seu apoio à DRU, a seu ver necessária para o governo enfrentar contingências, mas questionou a decisão de manter o painel eletrônico do Plenário aberto na sexta e hoje.

Pinheiro: PPA reflete demandas do país

O Plano Plurianual (PPA) de 2012 a 2015 reflete as demandas do país captadas pelos parlamentares em reuniões realizadas pela Comissão de Mista de Orçamento (CMO) em 11 cidades, afirmou o relator do PPA, Walter Pinheiro (PT-BA). Ele citou como exemplo da contribuição do Congresso a instituição de política nacional de defesa civil, por meio de centros de monitoração e de emergência.

No total, parlamentares, comissões e bancadas apresentaram mais de 2 mil emendas ao PPA, e as sugestões acolhidas devem somar R\$ 97,8 bilhões. No conjunto, os gastos previstos para os próximos quatro anos chegam a R\$ 5,4 trilhões.

Outra contribuição do Congresso, conforme Walter Pinheiro, está no reforço no plano de banda larga, que terá R\$ 2 bilhões para melhorar

o acesso à internet na região Norte, e dos programas de educação, saúde e infraestrutura produtiva do país.

Vital do Rêgo (PMDB-PB) disse que o PPA é "um programa enxuto", com metas apontadas claramente. Já Acir Gurgacz (PDT-RO) agradeceu a inclusão de obras importantes para Rondônia, como a ferrovia entre Vilhena e o estado da Bahia e a reconstrução da BR-364.

ACONTECEU NAS COMISSÕES

Sindicalistas temem mudanças na CLT; comerciários comemoram regulamentação

Os direitos do trabalhador mereceram destaque na agenda das comissões na semana passada. Na segunda-feira, a Subcomissão em Defesa do Emprego e da Previdência Social, vinculada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), debateu propostas de mudanças na legislação trabalhista.

Representantes de entidades sindicais criticaram duas proposições em

tramitação na Câmara dos Deputados. Uma é o projeto de lei (PL 1.463/11) do deputado federal Sílvio Costa (PTB-PE) que propõe alterações na CLT por meio do Código do Trabalho.

— A CLT corre perigo muito grave, muito sério mesmo. A grande maioria que o governo tem lá [na Câmara] não vale para as questões trabalhistas e previdenciárias — alertou Lourenço

Prado, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (Contec).

A outra proposição combatida pelos sindicalistas é a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 369/05, que institui, por exemplo, a representação sindical nos locais de trabalho e a negociação coletiva para os servidores públicos.

— Não é interessante para ninguém discutir a PEC 369 em momento de crise financeira — avaliou José Augusto da Silva, coordenador nacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores.

Profissões

Na quarta, a CAS aprovou projeto de lei do Senado (PLS 115/07) que regulamenta a profissão de comer-

ciário. São 73 milhões de trabalhadores no país. Pelo substitutivo de Ricardo Ferraço (PMDB-ES) a proposta de Paulo Paim (PT-RS), a jornada será de oito horas diárias e 44 semanais. A proposta deve seguir para a Câmara.

Também vai para a Câmara o PLC 319/09, que regulamenta a profissão de motorista. Nesse caso, a proposta foi aprovada pelo Plenário do Senado.

Para líder do governo, aumento de 51% para 56% de setembro a dezembro entre os que consideram o governo ótimo ou bom é resultado do rigor demonstrado pela presidente "a todo tempo"

Jucá exalta melhora na avaliação do governo

O LÍDER DO governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), registrou a melhora na avaliação da gestão da presidente Dilma Rousseff. Ele mencionou pesquisa encomendada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) ao Ibope, divulgada quinta-feira, segundo a qual o percentual de brasileiros que avaliam o governo como ótimo ou bom aumentou de 51%, em setembro, para 56%, em dezembro — mesmo índice registrado em

março. O levantamento mostra ainda que 32% dos brasileiros consideram o governo regular (ante 34% no levantamento anterior) e 9% acham ruim ou péssimo (ante 11%).

As expectativas positivas (ótima ou boa) em relação ao resto do mandato também melhoraram, passando de 56% para 59%.

Segundo a pesquisa, 72% aprovam a maneira de Dilma governar, praticamente o mesmo índice em setembro

(71%) e 21% a desaprovam. Os demais não responderam ou não souberam responder.

— Isso demonstra o acerto da presidenta em diversas ações, inclusive na questão de transparência e nos pedidos de substituição de ministros. Ela tem agido o tempo todo com muito rigor — afirmou.

A pesquisa foi feita entre 2 e 5 de dezembro, com 2.002 entrevistados em 142 municípios. A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos.

Roraima

Jucá registrou ainda a inauguração, no último dia 1º, em Boa Vista, da Praça Capitão Felipe Sturn, na área externa do 6º Batalhão de Engenharia e Construção. De acordo com o parlamentar, há, no local, réplica do antigo Forte São Joaquim do Rio Branco, considerado marco histórico do estado.

Rosa Weber toma posse hoje como ministra do Supremo

O Supremo Tribunal Federal (STF) dará posse hoje a Rosa Maria Weber, segundo anunciou Romero Jucá. A nova ministra teve seu nome aprovado pelo Senado na terça-feira, com 57 votos a favor, 14 contra e 1 abstenção.

Rosa Weber foi indica-

da pela presidente Dilma Rousseff para ocupar a vaga de Ellen Gracie, que se aposentou em agosto passado.

— A ministra tem todas as condições, vai exercer um excelente mandato e provou isso na sabatina — assinalou Jucá.



Rosa Maria Weber (na foto, em atividade no Tribunal Superior do Trabalho) foi aprovada pelo Senado para o STF

Cristovam alerta para risco de redução de piso do professor



Cristovam Buarque (PDT-DF) fez apelo para que a presidente Dilma Rousseff oriente a base a barrar alterações feitas pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara em projeto do Senado que regula o reajuste do

piso salarial dos professores. Segundo ele, os critérios podem provocar a redução do piso.

— Faço esse apelo com muita esperança. Creio que ela não vai deixar passar isso, pois não deve querer ficar com a marca da redução do piso dos professores — comentou.

Cristovam explicou que o projeto, de sua autoria, estabelece dois critérios: em ano sem crescimento econômico, aplica-se o índice de inflação (INPC); em ano com crescimento, aplica-se a taxa de aumento das transferências da União ao Fundeb. O texto da Câmara, no entanto, prevê apenas a aplicação do INPC anual.

Mozarildo pede à população que denuncie corruptos

“A corrupção impede o progresso das nações e alimenta injustiças sociais”, afirmou Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). O senador ressaltou a atuação do Fórum de Combate à Corrupção de Roraima, que lançou página na internet, e pediu a colaboração da população para denunciar casos de desvio de dinheiro público.

— Infelizmente, muitos têm receio de enfrentar os corruptos. Pelo menos em Roraima, a população pode, a partir de agora, fazer denúncias anonimamente pelo site — disse.

Segundo Mozarildo, Roraima tem sofrido com constantes escândalos de corrupção, que são denunciados pela imprensa e depois “jogados para debaixo do tapete”.

— Se falta verba para a saúde ou para a educação, é porque esse dinheiro está sendo desviado. E quem sofre são os pobres. São eles que mais pagam impostos — afirmou.



Casildo defende revisão das leis pelos três Poderes e a sociedade



Senador comemora estudo sobre viabilidade de transportar pessoas

Casildo quer debate sobre redução de maioria penal

Um debate “profundo e extenso” sobre redução da maioria penal foi sugerido por Casildo Maldaner (PMDB-SC). O senador disse não ser mais possível ignorar “o clamor da população”, sobretudo quando há crimes hediondos praticados por adolescentes.

— É difícil imaginar que um menor de 17 anos não tenha a mínima compreensão da dimensão do seu ato e, conseqüentemente, não tenha punição compatível. O prazo máximo de três anos para medidas socioeducativas previsto atualmente deve ser revisto para determinado tipo de crime. Acredito ainda em alteração na legislação que crie uma espécie de crime diferenciado e talvez compreenda idades entre 14 e 18 anos, aliada à análise psicológica e psiquiátrica.

Rollemberg elogia acordo sobre ferrovia entre DF e Luziânia

A assinatura de acordo entre os ministérios dos Transportes e da Integração Nacional, os governos do Distrito Federal e de Goiás, a ANTT e a Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) para elaboração de estudo de viabilidade da adaptação de ferrovia (utilizada para transporte de cargas) para a condução de passageiros entre Brasília e Luziânia (GO) foi comemorada por Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

A medida, disse o senador, ajudará a desafogar o trânsito entre Brasília e as cidades vizinhas do DF e Entorno. Ele destacou ainda decisão do Ministério da Integração Nacional e da Sudeco de destinar, em 2012, mais R\$ 61 milhões para o financiamento, pelo DF, de comércio e serviços.

Nota sobre a TV Senado

Senado divulgou na sexta-feira a nota abaixo, a propósito da matéria “Sarney usa verba do Senado para presentear MA”, publicada sexta-feira pelo jornal *O Globo*:

1. A matéria equivocou-se ao afirmar que “o Senado vai arcar com os custos de instalação de uma estação de rádio e TV digital na Assembleia Legislativa do Maranhão”. Na verdade, e segundo o que foi informado à imprensa na oportunidade, o Senado arcará com o custo do equipamento de transmissão e a assembleia será responsável pela despesa de instalação da estação e pelo seu custeio mensal, em local tecnicamente adequado e em torre de transmissão própria.
2. O presidente José Sarney assinou acordo de cooperação — entre vários outros em negociação atualmente com diversas assembleias — com base no Ato 12/11, segundo o qual o Senado pode compartilhar custos e responsabilidades com assembleias e outras entidades públicas na implantação e gestão das suas emissoras nos estados, ao invés de arcar com todas as despesas correspondentes.
3. O Senado já assinou acordo de cooperação com a Assembleia Legislativa da Paraíba e deve assinar nos próximos dias com as assembleias do Amazonas, Rio de Janeiro, Amapá, Alagoas e Roraima. Estão em andamento negociações com outras assembleias.
4. Segundo o Ato 12/11, o Senado, detentor da consignação de televisão digital, adquire o sistema de transmissão e assume a responsabilidade pela alimentação de energia desse seu equipamento. A assembleia ou entidade parceira fica autorizada a usar uma das quatro programações diferentes (subcanalizações) que a TV Senado digital poderá transmitir no local, no caso São Luís.
5. Em contrapartida, como compensação ao Senado, a assembleia ou entidade parceira responsabiliza-se por disponibilizar o sítio de retransmissão local para a TV Senado, constituído de abrigo para equipamentos e torre de transmissão, e assume o custeio mensal, devendo responder pela operação, guarda, limpeza e conservação desses bens.
6. A Câmara dos Deputados está fazendo a expansão de suas emissoras de TV e rádio no mesmo regime de parcerias e compartilhamento de custos adotado pelo Senado. Já opera assim em São Paulo e assinou acordos recentemente com as assembleias de Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo, Ceará e Mato Grosso. Assina com Tocantins na próxima semana.
7. Nos próximos dias, o Senado e a Câmara dos Deputados formalizam acordo de compartilhamento também para reduzir os custos de implantação das suas emissoras. O documento prevê que onde uma das Casas implantar a sua estação de transmissão de televisão digital, cederá à outra uma programação, ou subcanalização. Em São Paulo, a TV Câmara tem parceria com a assembleia e cede uma subcanalização e equipamento para o Senado.

Senado Federal / Secretaria Especial de Comunicação Social — Secs Assessoria de Imprensa